

LITERATURA E HISTÓRIA – ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

Aginaldo Rodrigues da Silva
(UNEMAT)¹

RESUMO: Este artigo confronta teorias sobre a literatura e a história, ao mesmo tempo em que indica rupturas e continuidades entre essas duas áreas de conhecimento. A forte relação entre ficção e realidade e os limites que estão estabelecidos entre essas esferas são os eixos motivadores para construir uma reflexão que pode contribuir para os estudos de história e crítica literária.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. História. Ficção. Realidade. Crítica Literária

ABSTRACT: This article collates theories on literature and history, at the same time where it indicates ruptures and continuities between these two areas of knowledge. The strong relation between fiction and reality and the limits that are established between these spheres are the axles to motivate to construct a reflection that can contribute for the studies of literary critical history.

¹ Professor de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus Tangará da Serra. MT-Brasil. CEP:78300 000 agnaldosilva20@bol.com.br

KEYWORDS: Literature. History. Fiction. Reality. Literary Critical.

É viável iniciar este texto por um canal que indique os traços de afinidade e/ou ligação entre a história e a literatura. Por isso, faremos referência a Vico (1999), poeta-filósofo e historiador que em sua obra **A ciência nova** tece, de forma extraordinária, essas relações. Nesse trabalho, Vico passeia pelos primórdios da história, cantando os homens e os deuses, os gigantes e os heróis. Também destaca o pensamento dos primeiros homens, o surgimento das primeiras línguas, a chegada da poesia antes da prosa, o significado dos mitos, o sentido das religiões, bem como outros aspectos fundamentais para a compreensão do mundo.

Seguindo o pensamento de Vico, veremos que ele atribui significado às coisas a partir do raciocínio “penso, logo existo”. Esta é, nessa linha de pensamento, a constatação da existência do homem e a sua relação com o meio. Esse raciocínio, todavia, não se limita a essa explicação, já que essa máxima de Descartes significaria somente a certeza e faltaria, portanto, a verdade, que é a tomada de consciência do homem somente possível a partir do momento em que ele descobre a razão e a causa da própria existência, de todo o conhecimento que constrói sua civilização. Assim,

o conhecimento repousa numa relação mútua entre conhecer e fazer. *Scire est facere*. Para conhecer algo é preciso construí-lo, imaginar-lhes as formas, delinear a relação das partes com o todo. Numa palavra, contemplar a idéia. O que parecia terreno firme em Descartes (o fato de pensar) não passava de pura afirmação, e não estabelecia um lastro cognitivo (VICO, 1999, p. 14-15).

Na citação acima, o papel da história encontra um lugar definido. Ela teria o propósito de construir, imaginar e delinear as formas, em que conhecer a razão da existência e o que está

impregnado nos elementos do passado ainda não compreendido, constitui a afirmação do homem como ser determinante do meio em que vive: trata-se, portanto, do homem histórico. Não basta apenas existir ou ter a certeza da existência. É, pois, necessário descobrir-se, construir e re-construir possibilidades, em uma fusão entre presente e passado, sem deixar de projetar perspectivas futuras.

Quando Vico discorda do posicionamento de Descartes, ele adere a um ponto de vista no qual a literatura contém dispositivos que ampliam o leque dos elementos históricos, de modo que o literário esteja ligando o mito com a história, numa espécie de ponte, cujo elemento fundamental é o ser humano.

Marco Lucchesi, na introdução que faz à **A ciência nova** (1999), afirma que, para Descartes

a literatura não passava de uma inútil comissão de fábulas, que não asseguravam qualquer fundo de verdade, desprovidas, como eram, de uma base epistemológica. Por outro lado, a história, além de não oferecer uma fonte imperturbada de conhecimento, acabava por alienar o historiador do presente, perdido na densa floresta do passado (LUCCHESI, in VICCO, 1999, p. 15).

Calvino, no seu **Por que ler os clássicos** (1993), oferece um leque maior de compreensão dessa problemática ao destacar a função humanizadora da literatura, processo pelo qual muitas obras tornam-se imortais. O pensamento de Calvino ajuda a compreender Vico mediante a concepção de que a história surge da necessidade do homem em relatar para os seus contemporâneos as histórias e os feitos de seus antepassados. Tudo isso, no período antigo, era feito por via oral e estruturado em forma de poemas. Tinha-se a história, portanto, sendo contada pelo viés literário. Somente depois é que a história passou a ser produzida em prosa e vista como ciência desprovida de subjetividade, aspecto questionável que discutiremos no decorrer deste artigo.

Então, tomemos como parâmetro a seguinte justificação de Lucchesi (apud VICO, 1999, p. 16): “jamais podemos afastar-nos do que somos”. Isso torna a história e a literatura verossímeis, apesar das teorias que consideram a verossimilhança um conceito ultrapassado.

Ou talvez pudéssemos considerar pelo menos o efeito mimético, tão bem desenvolvido por Aristóteles na sua **Poética** (1988), tanto na construção histórica quanto na literária. É certo que a história e a literatura são obras dos homens e estão, inegavelmente, impregnadas de elementos da natureza humana: o homem conhece a história porque é ele quem a constrói, assim como a literatura.

É, pois, o homem quem estrutura, atribui forma e figura as coisas, institui os primórdios e a evolução da própria vida. Fato natural, já que ele sempre esteve coparticipante do todo. No caso particular da história, consideremo-la como “um lugar em que a ciência e a consciência radicalmente se entrelaçam” (ARISTÓTELES, 1988, p. 16). Isso, porém, pode também ser aplicado à literatura, pois as obras literárias revelam verdadeiras fontes históricas porque muito possuem a respeito da vivência humana.

Façamos, então, uma reflexão mais apurada do que seja a história, bem como os elementos que a envolve. Para isso, procederemos de forma comparatista, no sentido de recorrer a diversos historiadores e outros teóricos que pensam a história por diversos caminhos e sentidos, a fim de que construamos um parâmetro que possa ser aplicado ao teor deste estudo.

Em **Que é história?** (2002), Carr começa suas reflexões sobre o assunto fazendo referências a Lukács (2000) e a Vico (1999). Lembra que, sob o ponto de vista de Lukács (2000, p.17), “a história torna-se uma coleção de anedotas exóticas”, talvez porque ela seja produzida por historiadores bitolados que tentam reproduzir o passado como se fossem acontecimentos que ficaram cristalizados, através de um discurso infalível e indubitavelmente verdadeiro. Um

ponto de vista objetivo, feito por seres cuja capacidade mais veemente é a da subjetividade: “a objetividade é a impossibilidade/de falsear a consciência”, diz poeticamente Akenat (2003, p. 111).

Por outro lado, o posicionamento de Gibbon (apud CARR, 2002, p. 17) torna-se fundamental, pois, para ele, a melhor história somente poderia ser escrita por um historiador-filósofo, e proclama Tácito como o primeiro dos historiadores a aplicar a filosofia no estudo dos fatos. É, pois, nesse mesmo patamar que vemos a importância de Vico ao atribuir à verdadeira história o valor de gerar a consciência do homem, em que os fatos são vistos e re-vistos quando sentimos a necessidade de nos conhecermos melhor, mais profundamente.

Hauser, em **História social da arte e da literatura** (2000, p. 01), faz uma afirmação sobre a arte que vem ao encontro do que se pensa sobre a literatura, perante a articulação entre realidade e ficção. Afirma, que “se torna cada vez mais difícil sustentar a teoria do primado de uma arte afastada da vida e da natureza” .

Para Carr (2002), a história é uma concepção particular do que constitui a racionalidade humana, de modo que todo historiador, quer saiba disso ou não, tem essa concepção. Diante disso, forçosamente está colocada em cheque a questão da relatividade do conhecimento histórico, pois até que ponto poder-se-ia dizer que a história objetiva existe? Em uma de suas afirmações, aponta que,

embora nenhum historiador possa reivindicar por seus próprios valores uma objetividade além da história, um historiador objetivo pode ser considerado com uma capacidade para se colocar acima da visão limitada de sua própria situação na sociedade e na história, e com a capacidade de projetar sua visão no futuro de tal forma que lhe dê uma compreensão mais profunda e mais duradoura do passado (CARR, 2002, p. 19-20)

Nesse caso, o historiador tem diante de si um arcabouço de responsabilidades quando a proposta principal de seu trabalho

dirige-se à necessidade de re-construir elementos do passado humano, meio às influências do presente, do meio, das regras e convenções sociais que ele vive na sua contemporaneidade. Defronta-se, também, com as casualidades que indicam, às vezes, modificações no rumo dos elementos históricos, bem como necessita abandonar os resquícios individualistas para aderir a um pensamento coletivo.

Ao que parece, quanto mais o homem conhece e adquire experiências, ele vai deixando a individualidade de lado e vai assumindo uma postura de socialização do conhecimento. O historiador precisa disso para produzir a história que terá a incumbência de situar o ser no mundo.

Penso que posso ser mais incisivo, afirmando que a história acaba por nos situar no tempo e no espaço, seja ela imperfeita ou não, objetiva ou subjetiva. De outro modo, a literatura bem que pode ser compreendida como uma grande responsável pelo preenchimento das lacunas que o homem sente durante a existência. Por esse viés, o ser humano pode se situar em espaços e tempos dispersos, conforme use a imaginação.

Silva (2008), quando analisa a construção histórica a partir da obra de ficção, destaca que a maneira clássica de ser da história, cujo foco é a construção de um saber com estatuto de ciência que objetiva a verdade, é substituída por um método no qual as fontes são consideradas indiciárias daquilo que poderia ter sido. Nesse caso, a história reveste-se da função de criar, ao selecionar documentos, compor um enredo, desvendar intrigas e recuperar significados, o que a literatura sempre fez muito bem, mas com objetivos distanciados. Assim, a história confronta, quando necessário, documentos oficiais, textos literários, restos arqueológicos e demais fontes e, do mesmo modo, a literatura manipula a história para articular os elementos de sua estrutura. Atravessam, assim, a obra literária não só os elementos históricos, como também os filosóficos, sociológicos, antropológicos, psicológicos e muitos outros.

Interessante como ocorre esse processo, principalmente no tocante à inteligência humana que reconstrói fatos através de pistas, de indícios deixados mesmo antes do aparecimento do homem na terra. Quando Hartmann (1976) apresenta a obra **O livro da história**, ele nos oferece uma fonte de reflexão sobre esses aspectos, de modo que, conhecendo o passado, entramos, gradativamente, em contato com os elementos que estruturam a sociedade do nosso tempo. São acontecimentos relacionados a outros, além de conceitos que ultrapassam o estigma de meros conceitos, pois possibilitam reflexões sobre os nossos próprios primórdios.

Hartmann (1976) inicia o seu livro pela pré-história, em que afirma que esse período começou com o aparecimento do homem na terra, quando ele procurava apreender e relacionar os vestígios “mudos” de sua existência e de sua ação. Nesse período, no entanto, o homem tornou-se o elemento fulcral da construção histórica, tendo em vista que é a ele quem interessava o particular de sua própria gênese. Mesmo assim, o homem amontoa informações anteriores a sua existência, como, por exemplo, as possibilidades de formação da terra e o aparecimento das primeiras formas de vida. Tudo isso na tentativa de reconstituir as coisas pela racionalidade.

Para fins de conhecimento de causa, Hartmann (1976, p.9) ainda afirma que a “história só começa com os testemunhos escritos decifráveis e compreensíveis para nós, que aparecem em territórios individuais e em épocas muito diferentes”. Nesse sentido, torna viável salientar que são indicações bastante relativas, tendo em vista a imensidade de civilizações que já tivemos notícias ao longo de toda a gênese humana.

Como situa o próprio Hartmann (1976, p.9), em muitas regiões do mundo alguns povos ainda continuam a viver como se estivessem na pré-história, como é o caso citado na Jungla Sul-americana ou Africana, e não só. Às vezes, entretanto, é necessário criar outros caminhos para fabular o fato ocorrido. Abdala Junior (2003, p. 179) lembra que “a história oficial dos vencedores, como

se dizia, seria necessário – pelos caminhos da ficção – opor a dos vencidos, os atores básicos da construção de seu país” .

A história apresenta duas vertentes, as quais se podem vislumbrar do seguinte modo: se de um lado a história tornou sinônimo de investigação, seja pelo viés do levantamento de informações ou pelo esforço que empreende para buscar artifícios para reter acontecimentos na memória, a fim de preservar os feitos produzidos pelo homem; de outro, ela é a própria memória das sociedades, construída por um pensar coletivo, um tipo de veículo que permite que o conhecimento da causa e do efeito seja socializado.

A memória está veiculada à fonte organizadora da informação: o próprio homem. Ele é o agente principal da construção da própria história. A consequência de todo esse processo é o encontro com a identidade, a afirmação perante o mundo, os semelhantes e de si mesmo, em que entra em fusão o conhecimento, a experiência individual e coletiva, capaz de permitir a análise dos aspectos multiformes da realidade.

Venturini (1996) reflete sobre a maneira como Tucídides concebe a relação entre história e passado e em que isso implica. Assim,

a história existe se a temporalidade que ela distingue é o passado, pois o saber sobre o passado é sempre subjetivo. Assim, a narrativa histórica configura-se através das ações praticadas no presente, ou seja, o saber histórico pressupõe o domínio dos acontecimentos do presente (VENTURINI, 1996, p. 68).

Para recompor o passado, o historiador estará pautado em arquivos das diversas naturezas porque ele precisa conhecer e entender da condição humana, pois só assim conseguirá lançar olhares para o passado sem abandonar diretrizes futuras. Presente, passado e futuro são perspectivas que estão jungidas num amálgama repleto de questionamentos e não de simples fatos ocorridos. Desse modo,

a história não é um fluxo contínuo de eventos, e sim uma escolha descontínua, feita pelo homem, desses incidentes e processos que são ajustados a uma ordem lógica pela mente humana. A cronologia é, portanto, importante não como uma afirmação de continuidade ou desenvolvimento real, mas como uma indicação de como a mente humana agrupa, codifica e impõe sentido a um conjunto de unidades constituintes tiradas da seqüência ininterrupta dos acontecimentos (FINLEY, 1989, p. 114).

Diante da discussão levantada por Finley (1989), o homem tende a mergulhar na reconstrução dos fatos que, de uma forma ou de outra, foram marcantes na consciência da humanidade.

Essa consciência é um pensar coletivo, são os desejos, as vontades, as perspectivas de cada homem que, gradativamente, materializam-se em forma de história. Fazer história, portanto, é falar de si mesmo. Por isso, a clássica necessidade de entender o que é a história e suas reais implicações. Nessa direção, pode-se focalizar na discussão Auerbach (2002), cujo ponto de vista articula indicações questionadas pela literatura que, em muitos casos, subverte a história. Ele afirma que

a história que presenciamos, ou que conhecemos através de testemunhos de contemporâneos, transcorre de maneira muito menos uniforme, mais cheia de confusões e contradições [...] e quantas vezes a ordem que assim achamos ter obtido, torna-se novamente duvidosa, quantas vezes nos perguntamos se aqueles resultados não nos levaram a uma ordenação demasiado simplista do originalmente acontecido (AUERBACH, 2002, p. 16).

Rüsen (2001), no seu trabalho intitulado **Razão histórica**, salienta que o essencial na condução da produção histórica do homem é justamente a intenção de descrever e demonstrar que a materialização do pensamento emerge do exercício que temos em refletir sobre a própria vida. Baseando-se, pois, nas próprias

experiências, as coisas passam a possuir significado, possibilitando a interpretação dos valores humanos. Parece complexo, mas todo esse aparato de ideias que entendemos, às vezes, como um amontoado de informações transforma-se em pressupostos fundamentais para uma tomada de consciência do papel que cada um de nós pode e deve exercer no meio em que vive.

As obras de ficção são exemplos nítidos desse processo no âmbito da literatura. Temos, sobremaneira, um grande número de obras literárias engajadas, cujos enredos indicam fontes históricas incontestáveis. O escritor de literatura toma, por este ponto de vista, uma postura de historiador, mas sem o compromisso com a verdade perseguida pelo historiógrafo.

Entram em discussão a questão da consciência história e a razão histórica das quais muito bem discute Rüsen (2001). A consciência história está associada ao agente principal do processo que é o próprio homem, em que o uno se junta ao coletivo para construir o nexos dos acontecimentos que regem o mundo. No caso da razão histórica, esta permeia pela teoria da história e pelos fundamentos da ciência histórica, volta-se, pois, mais precisamente para a história como disciplina e/ou ciência manipulada pelo cientista: o historiador. Historiador este que pode estar situado em campos diversos da experiência humana, entre tais campos a própria literatura.

Referências bibliográficas

ABDALA Jr, Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ática, 1989.

AKENAT, Suffit Kitab. **Máximas mínimas**: e outros textos. “Introdução à Ideocrítica: premissas”. Trad. de Pires Laranjeira. São Paulo: Landy, 2003.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1988.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Trad. de Lúcia Maurício de Alverga. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FINLEY, Moses I. **Uso e abuso da história.** Trad. de M.P. Michel. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.
- HARTMANN, Johannes. **O livro da história.** Trad. de Christa Weiss. Lisboa: Maraes Editores, 1976.
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura.** Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LUCCHESI, Marco. Introdução. In: VICO, Giambattista. **A ciência nova.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance.** 34ª ed. Tradução e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SILVA, Agnaldo Rodrigues. **Projeção de mitos e construção histórica no teatro trágico.** Campinas: Ed. RG, 2008.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história – fundamentos da ciência histórica.** Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.
- VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. “Mito e história”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia.** Campinas: Papirus, 1996, p. 61-62.
- VICO, Giambattista. **A ciência nova.** Trad. de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Record, 1999.

